

A COMPOSIÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO NA CONSTITUIÇÃO DAS CESTAS DE BENS E SERVIÇOS: O EXEMPLO DA ESTRUTURAÇÃO LOCAL DOS CIRCUITOS CURTOS DE PROXIMIDADES ALIMENTARES NA FRANÇA¹

Maxime Marie²

 <https://orcid.org/0000-0001-7940-3002>

Pierre Guillemain³

 <https://orcid.org/0000-0002-5319-2208>

Catherine Darrot⁴

 <https://orcid.org/0000-0001-9415-2256>

Bernard Pecqueur⁵

 <https://orcid.org/0000-0002-4986-0349>

RESUMO

Os sistemas alimentares são complexos devido à diversidade de produtos necessários para satisfazer as necessidades alimentares da população num determinado espaço, e à organização detalhada dos fluxos e das redes de abastecimento. Neste estudo, foram utilizados vários procedimentos metodológicos para quantificar o consumo alimentar e a produção agrícola local em onze áreas urbanas francesas, que correspondem a cada uma das áreas urbanas estudadas no projeto FRUGAL. A partir da perspectiva da teoria da “Cesta de Bens e Serviços” resultante dos trabalhos de B. Pecqueur e dos recursos metodológicos adotados, o objetivo consiste em analisar a importância dos determinantes socioculturais do consumo e a necessidade de ter em conta os contextos territoriais a fim de compreender os sistemas alimentares.

Palavras-chave: Alimentação. Habitus. Modelagem. Circuitos Curtos de Proximidade. Transições Agrícolas.

THE SOCIAL COMPOSITION OF THE TERRITORY IN THE CONSTITUTION OF BASKETS OF GOODS AND SERVICES: THE EXAMPLE OF THE LOCAL STRUCTURING OF SHORT FOOD CIRCUITS IN FRANCE

ABSTRACT

Food systems are complex objects due to the diversity of the products necessary to meet the food needs of the population in a given space and the complexity of flows and supply networks. Several methodologies for quantifying food consumption and local agricultural production in eleven French urban areas have been proposed at the level of each of the urban areas studied as part of the FRUGAL project. By integrating elements related to food distribution in short and local chains, it is based on these methods to recall the importance of the socio-cultural determinants of consumption and the necessary consideration of territorial contexts to understand food systems.

Keywords: Food. Habitus. Modelling. Short Food Supply Chains. Transitional Farming.

¹ Este artigo foi traduzido por Vanessa Roth Hillel, da Francoficina. E-mail: vanessa.hillel@gmail.com.

² Maître de Conférences en Géographie, UMR ESO 6590 CNRS, Université de Caen Normandie; E-mail: maxime.marie@unicaen.fr.

³ Chargé de Recherche, INRAE, Département ACT - Unité ASTER Mirecourt. E-mail: pierre.guillemain@inrae.fr.

⁴ Maître de Conférences en Sociologie, UMR ESO 6590 CNRS, Institut Agro Rennes-Angers. E-mail: catherine.darrot@agrocampus-ouest.fr.

⁵ Professeur Émérite de l'Université Grenoble-Alpes. E-mail: bernard.pecqueur@univ-grenoble-alpes.fr.

LA COMPOSITION SOCIALE DU TERRITOIRE DANS LA CONSTITUTION DES PANIERS DE BIENS ET DE SERVICES: L'EXEMPLE DE LA STRUCTURATION LOCALE DES CIRCUITS COURTS DE PROXIMITÉ ALIMENTAIRES EN FRANCE

RÉSUMÉ

Les systèmes alimentaires sont des objets complexes en raison de la diversité des produits nécessaires à la satisfaction des besoins alimentaires de la population dans un espace donné et de l'organisation élaborée des flux et des réseaux d'approvisionnement. Plusieurs méthodologies de quantification de la consommation alimentaire et de la production agricole locale dans onze aires urbaines françaises ont été proposées à l'échelle de chacune des aires urbaines étudiées dans le cadre du projet FRUGAL. Tout en se positionnant dans la perspective de la théorie des « paniers de biens » issue des travaux de B. Pecqueur, il s'agit à partir de ces méthodes de rappeler l'importance des déterminants socioculturels de la consommation et la nécessaire prise en compte des contextes territoriaux pour comprendre les systèmes alimentaires.

Mots-clés: Alimentation. Habitus. Modélisation. Circuits Courts de Proximité. Transitions Agricoles.

INTRODUÇÃO

A questão da relação entre cidades e alimentação está ligada à conjunção de dois processos relativamente recentes, que são a metropolização e as crises alimentares. Esses processos deram lugar a inúmeras análises quanto à sua articulação, sem que resultassem em orientações de ações práticas aos atores confrontados pelo questionamento dos modelos produtivistas dos sistemas agroalimentares. Contudo, a questão da alimentação das cidades age muito mais como uma metáfora do modelo econômico dominante do que se fazer presente e modelar as cidades em suas estruturas materiais, bem como em suas instituições (Krausz; Lacourt; Mariani, 2013; Marty, 2013; Brand, 2015). A observação e caracterização de movimentos emergentes no sistema alimentar deu lugar a trabalhos de pesquisa, principalmente em torno da diversidade de circuitos curtos de proximidade e de consumidores associados à renovação da demanda alimentar ou da agricultura urbana (Morgan, 2009). Essa renovação da demanda é retomada pelos principais atores do sistema convencional, que são os responsáveis pelo processamento agroalimentar (indústria agroalimentar, artesãos), ou os distribuidores (hipermercados, supermercados, minimercados, atacadistas, lojas de conveniência) em suas estratégias de segmentação dos mercados alimentares (agricultura orgânica, produtos locais e/ou comércio justo, alimentos sem resíduos ou mesmo sem agrotóxicos...) (Bühler; Marie, 2020).

Paralelamente, observa-se um interesse, sobretudo na literatura anglo-saxônica, pelo princípio de reconexão em torno de uma alimentação carregada de sentido e de bem-estar social (Marsden, Sonnino, 2012), de equidade (Friant-Perrot, 2015) ou de discriminações quanto ao seu acesso, e de cidadania ou de justiça alimentar (Gottlieb; Joshi, 2010). Variável segundo a categoria do ator alvo (Guiomar, 2013), a leitura dessa reconexão sugere interpretações diversas das práticas individuais e coletivas de resistência às crises alimentares e/ou de alternativas aos fluxos agroindustriais convencionais, tais como os circuitos curtos de comercialização e a agricultura orgânica.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da oferta em circuitos curtos de proximidade e/ou da agricultura orgânica pode ser examinado seguindo as reflexões elaboradas por Pecqueur (2001) acerca do enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Com origem na investigação sobre a Renda de Qualidade Territorial (RQT) (Mollard; Pecqueur, 2007), o modelo da Cesta de Bens e Serviços Territoriais baseia-se na ideia de que os preços de certos produtos e serviços de qualidade, que estão ancorados territorialmente, são superiores aos de uma oferta comparável (em termos de produtos e/ou serviços) cuja origem geográfica é diferente ou cuja ancoragem territorial é pouco ou nada especificada (Mollard; Pecqueur, 2012).

Considerando que a oferta alimentar local de proximidade contribui para a construção social de um modelo da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, o objetivo deste artigo consiste em evidenciar a adequação desse modelo às características dos consumidores que concordam a pagar a mais pelos produtos da Cesta. Assim, parte-se da hipótese de que a constituição de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais depende também de especificidades territoriais até agora pouco exploradas, a exemplo da morfologia social do território em questão, entendida aqui por meio da composição da população de um determinado território de acordo com categorias socioprofissionais. A ideia subjacente a esta hipótese é, portanto, que uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais representa o resultado de um encontro entre oferta e procura de produtos e serviços de qualidade (Hirczak *et al.*, 2008), mas essa procura está sujeita a uma poderosa segmentação sociocultural devido à diferenciação dos bens de consumo que traz consigo (gostos e preferências dos consumidores, fenômenos de distinção social e cultural, registros de consumo “éticos”, etc.).

A reflexão apresentada se inscreve principalmente no âmbito dos trabalhos do programa *Forme Urbaine et Gouvernance Alimentaire* (PSDR4 FRUGAL⁶ – Forma Urbana e Governança Alimentar) encerrado em 2020 e que visava, notadamente, analisar os fluxos alimentares locais, bem como as produções e os volumes consumidos nas áreas urbanas das regiões de *Rhône-Alpes et Grand Ouest* (Roanne, Alençon, Lorient, Poitiers, La Rochelle, Caen, Angers, Grenoble, Rennes, Nantes e Lyon)⁷. Estruturada em torno da economia e da geografia, a pesquisa visava compreender a realidade atual dos fluxos alimentares a fim de propor elementos prospectivos, visando o funcionamento mais sustentável dos sistemas alimentares urbanos. A fim de compreender esses fluxos e para melhor descrever os produtos mobilizados nesses sistemas alimentares (sua natureza e sua quantidade, sua

⁶ O Projeto FRUGAL foi coordenado por Catherine Darrot, Bernard Pecqueur e Maxime Marie, entre 2015 e 2020, como parte do Programa *Pour et Sur le Développement Régional* (PSDR 4) financiado pelo *Institut national de recherche agronomique, Institut national de recherche en sciences et technologie pour l'environnement et l'agriculture* e as Regiões da Bretagne, Pays de la Loire, Normandie, Nouvelle-Aquitaine et Rhône-Alpes-Auvergne.

⁷ Este artigo é uma versão revisada e traduzida com o consentimento das edições ETS do capítulo de Maxime Marie, Pierre Guillemin, Catherine Darrot e Bernard Pecqueur, intitulado *De la différenciation sociale des pratiques alimentaires à la structuration locale des circuits courts de proximité*, organizado por STRAMBI, L. (2020) (Dir.). *Le funzioni sociali dell'agricoltura*. NutriDialogo, ETS, Pisa, 2020, p. 219-235.

origem e sua trajetória geográfica), foi implementado um método de estimativa daquilo que representa o consumo local de um território (Marie *et al.*, 2017).

Os dados utilizados provêm das principais bases de estatísticas públicas francesas (recenseamento da população e recenseamento agrícola), de enquetes nacionais sobre alimentação e despesas domésticas (dados do orçamento familiar), mas também de informações obtidas por meio de pesquisa de campo, aplicando questionários com consumidores, entrevistas com produtores agrícolas e observações de campo (grupos de consumidores e mercados de agricultores). Além de fornecer ordens de grandeza (em volume e em valor) essenciais para a compreensão dos sistemas alimentares, esse método permite melhor apreender os efeitos locais dos determinantes sociais e culturais da alimentação sobre esses sistemas, principalmente sobre a produção agrícola local a partir da importância dos circuitos curtos na economia agrícola local.

A primeira parte do artigo apresenta a metodologia para estimar o consumo doméstico nas onze áreas urbanas estudadas. A segunda discute os resultados dessas estimativas tanto em termos de volume como de valor, e, sobretudo, as compara com o fornecimento de alimentos provenientes da produção local. Enfim, a última parte destaca três modalidades de promoção desses circuitos: Associação para a Manutenção de uma Agricultura Camponesa (AMAP), sistemas de cestas de legumes e feiras de rua itinerantes, bem como as populações que, por suas características sociais e seu perfil de consumo, constituem a base social (Marie *et al.*, 2020).

AVALIAR O CONSUMO LOCAL PELA MORFOLOGIA SOCIAL

A diferenciação social dos regimes alimentares

Os trabalhos existentes na França, na área da avaliação das quantidades consumidas pela população de um dado espaço, frequentemente recorrem aos dados nutricionais dos Estudos Individuais Nacionais de Consumos Alimentares (INCA2) (2006-2007), realizados pela Agência Nacional de Segurança Sanitária da Alimentação, do Meio Ambiente e do Trabalho (ANSES) ou aqueles da *Chronic food consumption statistics*, produzidos pela Autoridade Europeia de Segurança dos Alimentos (EFSA) (Corsi *et al.*, 2015). Contudo, se os dados de entrada fornecem informações sobre as características do consumo local (sobre ou sub consumo de certos produtos), as metodologias aplicadas têm dificuldades em contextualizar o consumo e só consideram parcialmente as diferenças entre territórios em função das características da população que os compõem (distinção entre homem, mulher e criança de forma mais frequente e, por vezes, em função da idade).

A abordagem adotada neste artigo consiste em distinguir os modos de consumo em função das Profissões e Categorias Socioprofissionais (PCS)⁸ definidas pelo Instituto Nacional de Estatística

⁸ Nota de Tradução (NT): As PCS fazem parte de um procedimento estatístico criado pelo INSEE em 1982, que permite classificar o conjunto das profissões.

e Estudos Econômicos (INSEE) (Laisney, 2013). Com efeito, os modelos de consumo (quantidades consumidas e, sobretudo, o orçamento dispensado) podem variar de forma importante em função do pertencimento social dos indivíduos (Régnier; Lhuissier; Gojard, 2009) e da composição dos domicílios (De Saint Pol, 2008). Os dados da enquete do INSEE sobre os orçamentos familiares (2011/2013) e do Centro de Pesquisa para o Estudo e Observação das Condições de Vida (CREDOC), no âmbito da enquete Comportamentos e Consumos Alimentares na França (CCAF) de 2007, informam as diferenciações entre as PCS na área das práticas alimentares. Enfim, as categorias “aposentados” e “outros inativos” (dentre os quais estudantes e universitários) presentes nessas duas enquetes, informam, também, indiretamente sobre duas categorias interessantes em termos de alimentação, e consideram, em parte, variáveis etárias.

Tabela 1 – A diferenciação do consumo em volume e em valor, em função das profissões e das categorias socioprofissionais

Família de alimentos	Volume / Valor	Agri.	ACE*	CPIS**	PI***	Empregados	Operários	Aposentados	Inativos	Total
Frutas e legumes	Volume (em kg/ano/hab.)	92,2	92,2	97,8	94,2	87	72,7	67,5	67,5	83,9
	Valor em €/ano/domicílio)	474	569	691	462	371	355	560	295	472
Produtos lácteos	Volume (em kg/ano/hab.)	42,6	42,6	41,6	42,3	43,2	40,9	38,2	38,2	41,2
	Valor em €/ano/domicílio)	1.338	1.343	1.444	1.276	999	1.112	1.085	690	1.161
Carnes	Volume (em kg/ano/hab.)	45,3	45,3	41,9	43	36,2	53,9	38,7	38,7	42,9
	Valor em €/ano/domicílio)	1.209	1.077	1.000	930	747	862	927	493	906
Cereais	Volume (em kg/ano/hab.)	77,5	77,5	73	68,6	63,3	75	64,1	64,1	70,4
	Valor em €/ano/domicílio)	884	781	779	705	608	699	560	400	677

Fonte: INSEE (2011/2013); Enquetes CREDOC (2007).

Realização: Guennoc, D.; Guillemain, P; Marie. M.; PSDR 4 FRUGAL; UMR ESO (2016).

* ACE= Artesãos, Comerciantes, Empresários. ** CPIS= Cargos e Profissões Intelectuais Superiores. *** PI= Profissões intermediárias.

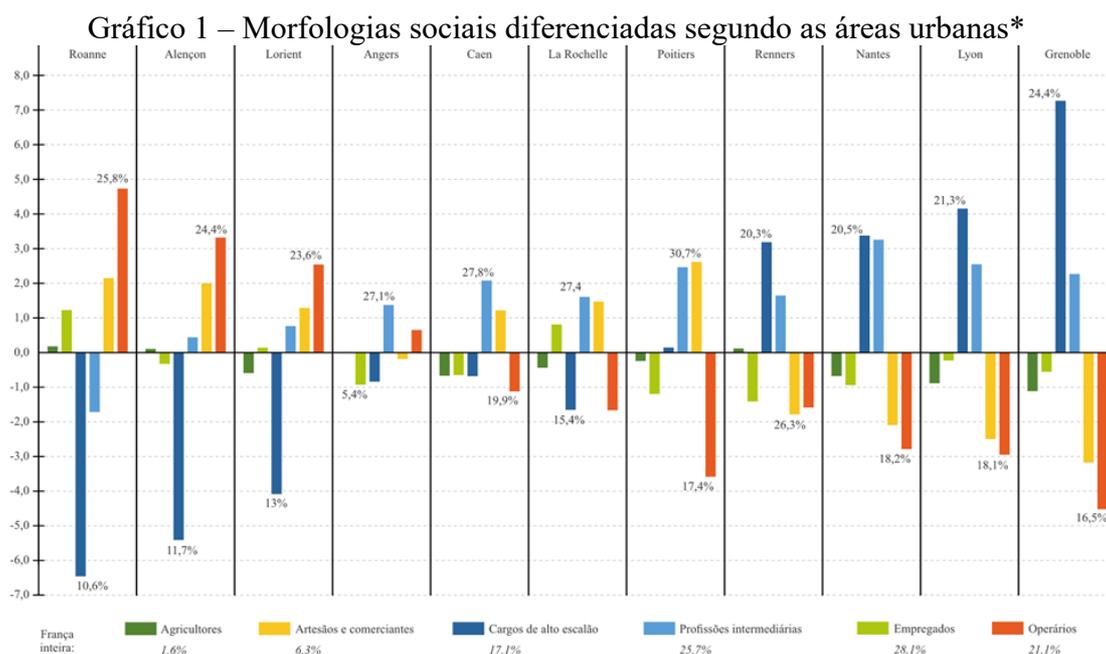
As enquetes CCAF do CREDOC de 2007 fornecem dados sobre as quantidades consumidas cotidianamente por uma amostra de 1.200 domicílios (aproximadamente 3.400 indivíduos) a partir de uma caderneta de registro das quantidades consumidas. Expressos em gramas consumidas por dia, os dados estão disponíveis seguindo os PCS em oito categorias. As nomenclaturas de produtos escolhidos para a pesquisa são frutas e legumes, carnes, produtos lácteos e produtos à base de cereais, excluindo os pratos preparados e os produtos em conserva.

Os dados produzidos pelo INSEE no âmbito da enquete orçamentária dos domicílios de 2011

e 2013 fornecem, por sua vez, dados anuais (expressos em Euros por ano) sobre as compras realizadas pelos domicílios seguindo uma nomenclatura relativamente fina de alimentos. Essas categorias foram reagregadas para que correspondessem aos quatro grandes tipos de alimentos escolhidos para este trabalho (excluindo os pratos preparados e os produtos em conserva).

As áreas urbanas do programa FRUGAL: espaços sociais diferenciados

Devido à estruturação de sua zona de emprego, as áreas urbanas que serviram como campo de experimentação para os trabalhos do programa FRUGAL possuem morfologias sociais que as distinguem do perfil social geral da França metropolitana (Rivière, 2011). Com efeito, como mostra o Gráfico 1, as características sociais da população de algumas delas (Grenoble, Lyon, Nantes e Rennes) evidenciam a posição metropolitana elevada que ocupam e a estruturação local de emprego que provém dessa situação (forte representação de altas posições e profissões intelectuais superiores, forte sub-representação de categorias populares). Ao contrário, as áreas urbanas que exercem menos funções metropolitanas e que correspondem às unidades menos populosas (Roanne, Alençon e Lorient) apresentam populações cujas características são mais próximas daquelas associadas aos espaços rurais (forte representação de categorias populares, principalmente operários, e forte sub-representação de altas posições) (Mischi; Renahy, Diallo, 2016). Finalmente, os casos de Angers, de Caen, de La Rochelle e de Poitiers situam-se em uma posição intermediária, uma vez que a estrutura da população mostra uma sobre-representação de profissões intermediárias e, frequentemente, uma leve sub-representação de categorias populares (exceto no caso de Angers onde os operários têm uma representação levemente superior e de Poitiers onde eles são fortemente sub-representados).



Fonte: RP 2013, INSEE.

* Diferenças de representação das PCS em pontos quanto à média nacional (campo: população ativa com mais de 15 anos).

Modelizar o consumo em volume e em valor: aplicação no caso da área urbana de Caen

A Tabela 1 apresenta as diferentes etapas de cálculo a partir dos dados de consumos por PCS fornecidos pela enquete CCAF do CREDOC (volume em kg/ano por pessoa) e pelos dados orçamentários das famílias (valor em Euros/ano por domicílio). Uma vez coletados os dados relativos aos lares no recenseamento da população do INSEE, em 2012 (número de domicílios e população dos domicílios por PCS), os cálculos são simples, como aqui, para o exemplo das frutas e legumes em Caen (Tabela 2): os valores de consumo individuais de cada PCS são multiplicados pela população dos domicílios ligados a cada PCS (1), depois os volumes consumidos por PCS são totalizados (2); os valores de orçamento por domicílio em função da PCS são multiplicados pelo número de domicílios que estão associados à mesma (3) e, por fim, os resultados por PCS são totalizados (4).

Tabela 2 – Método de estimativa do consumo local em volume e em valor

PCS	Pop. dos domicílios nas Áreas Urbanas (AU) de Caen por PCS	Núm. de domicílios por PCS	Quantidade/ pessoa em kg/por ano	Quantidade total AU Caen em ton/ano	Orçamento/ domicílio em €/ano	Orçamento total AU Caen em K€/ano	
Frutas e Legumes	Agricultores	3.235	1.107	92,2	298,3	474	524,7
	Artesãos e comerciantes	21.886	7.377	92,2	2.017,9	569	4.197,5
	Cargos de alto escalão	53.107	19.541	97,8	5.194,9	691	13.502,8
	Profissões intermediárias	72.136	28.608	94,2	6.795,7	462	13.216,9
	Empregados	48.447	21.866	87,0	4.215,7	371	8.112,3
	Operários	80.097	28.787	72,7	5.820,8	355	10.219,4
	Aposentados	91.418	55.232	67,5	6.166,3	560	30.929,9
	Outros inativos	22.558	14.268	67,5	1.521,6	295	4.209,1
	Total					32.031	84.913

Fonte: RP INSEE (2012); Pesquisa INSEE orçamento das famílias (2011-2013), Pesquisa CREDOC CCAF (2007). Realização: Guennoc, D.; Marie, M.; PSDR 4 FRUGAL (2016).

Ainda que esta metodologia tenha o propósito de estimar de maneira bastante simples o consumo local, levando em consideração as diferentes morfologias sociais das áreas urbanas estudadas, ela possui também algumas limitações. Primeiramente, as PCS consideram somente de forma parcial as posições sociais ocupadas pelos indivíduos. Em segundo lugar, os dados do CREDOC têm hoje mais de dez anos e sabe-se que a crise de 2008 teve efeitos profundos sobre as práticas alimentares. Segundo o CREDOC, entre 2007 e 2016, os operários, historicamente “grandes consumidores” de carne, reduziram em 15% seu consumo frente à redução de poder aquisitivo,

enquanto as posições mais elevadas, por outros motivos, tiveram uma redução de 19%. Enfim, os volumes consumidos nem sempre correspondem às quantias gastas (sobretudo para as frutas e legumes devido à autoprodução, por vezes, elevada nas categorias mais populares e/ou mais idosas da população, bem como nos casos de agricultores).

DO CONSUMO ALIMENTAR À PRODUÇÃO AGRÍCOLA LOCAL

Resultados da modelagem do consumo

Os resultados obtidos a partir deste método são apresentados na Tabela 3 abaixo. Sem surpresa, eles refletem globalmente os efeitos associados ao tamanho das áreas urbanas analisadas, mas consideram igualmente as morfologias sociais dessas áreas. Ainda que eles sejam dificilmente percebidos à primeira vista, os efeitos gerados pela composição diferenciada da população são significativos quando se consideram as médias por habitante. Assim, nos casos dos volumes de frutas e legumes (F&L), um habitante da área urbana de Grenoble consome em média 81,4 kg por ano contra 76,9 kg para um habitante da área de Roanne. Essa diferença se explica pela sobre-representação de altos cargos (cujo consumo de F&L é maior que aquele das demais categorias da população) na primeira, e da forte sobre-representação dos operários e aposentados (cujos consumos de F&L são bem mais baixos que a média) na segunda.

Em relação aos orçamentos consagrados à alimentação pelos domicílios, constata-se o mesmo tipo de observação, principalmente no que se refere à carne. Com efeito, um habitante de Roanne ou Lorient consagra em média entre 20 e 30 Euros a mais por ano para a compra de produtos à base de carne em comparação a um habitante de Lyon ou Caen. Mais uma vez, são as questões de diferenciação social e geracional (representação dos aposentados e dos operários) da população que explicam essas disparidades. Em contrapartida, se para o volume as disparidades observadas revelam regimes alimentares socialmente diferenciados, para os orçamentos as explicações residem na distinção das práticas comerciais entre PCS (lojas frequentadas, qualidade dos produtos) (Laisney, 2013).

Além de fornecer as ordens de grandeza que quantificam os fluxos alimentares gerados pelo consumo dos domicílios, esses dados fornecem igualmente referências para qualificar o funcionamento dos sistemas alimentares urbanos. Com efeito, cruzando esses dados com os que dizem respeito à produção agrícola (e principalmente a escoada em circuitos curtos), pode-se obter informações interessantes sobre as taxas de cobertura e o nível de autonomia das áreas urbanas, mais baseados sobre as práticas comerciais locais declaradas pelos agricultores do que sobre modelagens genéricas (Corsi *et al.*, 2015).

Tabela 3 – Consumo alimentar nas onze áreas urbanas francesas

Área Urbana	Frutas e Legumes (em ton/ano)/(em €/ano)	Produtos Lácteos (em ton/ano)/(em €/ano)	Carnes (em ton/ano)/(em €/ano)	Cereais (em ton/ano)/(em €/ano)
AU Lyon	181.146 / 469.262.539	89.561 / 529.680.438	94.213 / 845.396.955	151.835 / 616.214.782
AU Nantes	73.984 / 195.020.482	36.442 / 221.296.029	38.318 / 352.834.883	61.767 / 257.848.133
AU Grenoble	55.491 / 149.947.987	27.334 / 167.209.473	28.593 / 266.630.811	46.321 / 193.674.621
AU Rennes	56.645 / 147.477.650	27.982 / 168.314.866	29.520 / 268.132.697	47.480 / 196.877.347
AU Angers	32.327 / 85.522.664	16.197 / 97.302.194	17.156 / 156.683.754	27.465 / 113.808.898
AU Caen	32.031 / 84.912.609	16.058 / 96.209.831	16.944 / 154.812.316	27.151 / 112.184.865
AU Poitiers	20.436 / 56.368.468	10.205 / 64.067.096	10.653 / 102.606.420	17.179 / 74.825.473
AU Lorient	17.003 / 48.634.618	8.638 / 54.435.885	9.147 / 88.782.463	14.626 / 63.259.091
AU La Rochelle	16.586 / 47.443.013	8.367 / 53.092.339	8.779 / 86.125.500	14.131 / 61.710.989
AU Roanne	8.240 / 23.708.346	4.233 / 26.464.044	4.514 / 43.534.116	7.187 / 30.790.823
AU Alençon	5.227 / 14.445.560	2.673 / 16.301.730	2.854 / 26.591.123	4.536 / 19.202.544

Fonte: INSEE (2011/2013) e Enquete CREDOC (2007).

Realização: Guennoc, D.; Guillemain, P.; Marie, M.; PSDR 4 FRUGAL; UMR ESO (2016).

Estruturação do consumo local e orientação para os circuitos curtos de proximidade

O recenseamento agrícola de 2010 comporta diversas variáveis sobre os circuitos curtos, dentre as quais a receita de vendas provinda dos circuitos curtos. As unidades agropecuárias que praticam os circuitos curtos alimentares são principalmente classificadas em quatro modalidades segundo a parte que representam esses circuitos curtos na receita das suas vendas globais (menos de 10%, 10 a 50%, 50 a 75%, 75% e mais). O acesso a dados não confidenciais do recenseamento permite também conhecer a Produção Bruta Standard (PBS) de cada unidade agropecuária. Essa variável, que repousa sobre uma modelagem agrônômica, pode ser considerada uma receita de vendas de “saída de campo”. A partir disso, é possível estimar a receita de vendas realizada em circuitos curtos pelas unidades agropecuárias que os praticam. Para aquelas que realizam a comercialização em circuitos curtos nos campos alimentares estudados, o valor monetário da PBS foi multiplicado pelo valor central da classe de referência em circuitos curtos (5%, 30%, 62,5%, 87,5%), antes de serem agregados à escala das áreas urbanas (Tabela 4). Todavia, essa modelagem possui limitações. A primeira está ligada à variável utilizada, a PBS, que não considera o valor agregado aos produtos agrícolas no nível de sua primeira comercialização. Contudo, para os circuitos curtos, sabe-se que esse último pode ser superior àquele obtido pelos agricultores que comercializam em circuitos longos. Em seguida, o nivelamento pelo valor central pode afetar os resultados de maneira importante, dada a amplitude de certas faixas propostas no recenseamento (por exemplo, na faixa de 20-50% pode-se muito bem encontrar um horticultor que escoar 49% de sua produção em circuitos curtos e uma

produtora de leite que vende 21% de sua produção em circuitos curtos). No entanto, na falta de dados mais finos e precisos, esses resultados inéditos permitem progredir da compreensão dos sistemas alimentares locais.

Tabela 4 – Os circuitos curtos agrícolas na economia agrícola local

Área Urbana	Consumo total (em €)	PBP total (em €)	PBP em circuitos curtos (em €)	Parte dos circuitos curtos na PBP total
AU Lyon	2.460.554.714	538.626.574	65.516.850	12,2%
AU Nantes	1.379.593.145	537.242.173	26.569.202	4,9%
AU Grenoble	777.462.892	84.680.283	14.875.013	17,6%
AU Rennes	1.049.740.378	676.041.222	13.658.204	2,0%
AU Angers	608.041.808	379.744.288	10.797.439	2,8%
AU Caen	600.910.348	191.124.724	16.957.581	8,9%
AU Poitiers	399.952.699	179.784.743	7.535.747	4,2%
AU Lorient	340.871.689	111.790.448	5.748.614	5,1%
AU La Rochelle	332.146.745	85.248.096	4.129.330	4,8%
AU Roanne	124.497.329	43.112.745	2.359.785	5,5%
AU Alençon	102.101.432	55.771.419	1.400.236	2,5%

Fonte: RA (2010); Agreste/CASD; Guennoc (2016).

Autores: Guillemin, B.; Marie, M.; UMR ESO (2017).

Os resultados demonstram que a parte dos circuitos curtos na PBS é muito variável segundo as áreas urbanas consideradas (Tabela 4). Estabelecendo em média 6,4%, o máximo é registrado em Grenoble, com cerca de 18% da PBS realizada em circuitos curtos, enquanto o mínimo é observado em Rennes, com 2%. Essas disparidades importantes são relativas na medida em que parecem tanto traduzir a importância local dos setores agrícolas convencionais, quanto a de circuitos curtos. Os exemplos extremos de Rennes e Grenoble são interessantes nesse sentido, pois testemunham efeitos de diluição ou de concentração ligados ao local das cadeias longas convencionais na economia agrícola local. Essas duas áreas urbanas possuem características sociodemográficas muito similares: aproximadamente 700.000 habitantes e 300.000 domicílios, uma clara sobre-representação de altos quadros e profissões intelectuais superiores e uma sub-representação das categorias populares bastante clara. Observa-se assim que as PBS realizadas em circuitos curtos pelas unidades agrícolas nessas duas áreas urbanas são de fato comparáveis, em torno de 15 milhões de Euros por ano (ou seja 48€ por ano e por domicílio, em Grenoble, e 43€, em Rennes). A principal diferença entre essas duas áreas urbanas reside então no ambiente agrícola no qual estão inseridas essas atividades de circuito curto (675 milhões de Euros de PBS de uma economia leiteira intensiva, em Rennes, contra 84 milhões de Euros de PBS de uma agricultura de montanha pouco intensiva em Grenoble). Constata-

se então que a importância local dos circuitos curtos pode ser correlacionada à população residente que está na origem da demanda local via as diferentes segmentações dos circuitos curtos (lojas de produtores, feiras de rua itinerantes, AMAP, vendas na unidade agropecuária, etc.)

Os circuitos curtos de proximidade: entre segmentação de mercado e práticas alimentares distintas

A partir de outros trabalhos relativos à segmentação da distribuição em torno de circuitos de proximidade, a literatura já sinaliza que as transições agrícolas estão associadas a certos determinantes sociais, como as dotações de capital cultural (Ripoll, 2008; Mundler, 2013; Paranthoën, 2013; Richard *et al.*, 2014). Outros indicadores elaborados no quadro do FRUGAL discutem esses aspectos de um ponto de vista do capital econômico e outras pesquisas de campo conduzidas na Normandia mostram que o consumo de legumes orgânicos em circuitos curtos se inscreve em uma relação ética com a alimentação socialmente situada (Johnston; Rodney; Sbazzo, 2012).

As AMAP e os coletivos de “consumidores”⁹: um consumo de classe?

A reflexão sobre os sistemas alimentares urbanos conduziu a análises dedicadas às Associações para a Manutenção de uma Agricultura Camponesa. A marcada presença dessas organizações em certas áreas urbanas é interessante (Tabela 5). Nota-se, efetivamente, que as áreas urbanas de Nantes, Grenoble, Rennes, Caen e Angers apresentam um número de AMAP bastante elevado em relação à população (abrangendo entre 1,5 e 2,2 por 10.000 domicílios). Mesmo que seja difícil interpretar esses dados, pode-se formular a hipótese de que a morfologia social dessas áreas urbanas (marcada por uma sobre-representação das categorias mais favorecidas) explica em parte esses resultados. Uma análise fina da história política e social local permitiria esclarecer mais precisamente as situações observadas, a exemplo de Nantes (representação histórica da esquerda camponesa nos organismos consulares) ou em Caen (Ripoll, 2008).

Tabela 5 – As AMAP nas áreas urbanas FRUGAL em 2017

Área Urbana	Núm. de AMAP em 2017	Número de AMAP por 10000 domicílios em 2017	Renda média disponível em 2015 (em € por domicílio)
AU Lyon	103	1,0	21.844
AU Nantes	94	2,2	21.780
AU Grenoble	49	1,6	22.346
AU Rennes	51	1,6	21.455
AU Angers	32	1,7	20.956
AU Caen	27	1,5	20.552
AU Poitiers	12	1,0	20.677

⁹ A utilização da expressão “consumidores” entre aspas sinaliza que mantivemos uma expressão utilizada localmente.

AU Lorient	12	1,2	20.483
AU La Rochelle	7	0,7	21.002
AU Roanne	3	0,6	19.651
AU Alençon	3	1,0	19.769

Fonte: Movimento Inter-regional das AMAP; Anuário Nacional das AMAP; Avenir BIO; Rede das AMAP Auvergne-Rhône-Alpes.

Pode-se aprofundar a análise desse consumo elitista junto às AMAP e a certos sistemas de cestas de legumes por meio de estudos de caso mais qualitativos. Para tal, este estudo está apoiado em pesquisas de campo realizadas na Normandia, no *bocage*¹⁰ Domfrontais e no centro de Orne, no âmbito das pesquisas do Coletivo para a Revisita da Observação da Mudança Social (ROCS)¹¹ e da tese elaborada por Guillemain (2020). Esse tipo de circuitos curtos constituem uma prática de consumo individual e coletivo, que se diferencia, principalmente, pelos cargos e profissões intelectuais superiores, guiada por trajetórias de acúmulo de capital cultural. Trata-se de “consum’atores” como um capital militante acumulado junto a outras associações, sindicatos ou mesmo partidos políticos. A aliança entre uma fração agrícola, constituída de uma pequena burguesia renovada e categorias de assalariados qualificados estáveis (frequentemente provindo da mão esquerda do Estado¹²), resulta na acumulação de um capital social de proximidade (Ripoll, 2010), que fomenta a proximidade cultural junto à AMAP. Tem-se então uma relação com a reprodução e com a consolidação de um grupo em construção que intervém na ação política e no espaço local (Paranthoën, 2013). Seus membros mais politizados aproveitam de um reconhecimento e de poderes que os dotam de um capital político. Mas a extensão do capital político assim constituído é, por vezes, limitada pela dinâmica do “*entre soi socio-culturel*”¹³ (Richard *et al.*, 2014; Baysse-Laine, 2019), que estrutura sua acumulação: “Nós não somos muito ativos, nos falta um pouco de comunicação com o externo. Não somos muito conhecidos, existem muitas pessoas que não sabem que existe uma AMAP” (Entrevista, 07/05/2018). O limite do capital político que resulta é tal que os políticos da esquerda socialista e ecologista ligados a esse tipo de circuito curto nem sempre são reconhecidos como tais por outras forças de esquerda, mais alinhadas com as classes populares (os sindicalistas operários, por exemplo). As fronteiras simbólicas, assim traçadas no que diz respeito às classes populares, encontram-se, também, por meio do consumo alimentar nas feiras de rua itinerantes.

¹⁰ NT: Bocage é um termo utilizado para um tipo de paisagem no norte da França, caracterizado por uma paisagem antrópica constituída por sebes que cercam as pradarias e os cultivos.

¹¹ Coletivo para a Revisita da Observação da Mudança Social: <https://rocs.hypotheses.org/>.

¹² Referência cunhada por Bourdieu (1998) para se referir a “trabalhadores sociais” no sentido amplo: assistentes sociais, trabalhadores de serviços de apoio à procura de emprego e inserção social, mas também professores, pessoal paramédico, etc. A mão direita do Estado seria constituída, em grande parte, por funcionários ligados aos sistemas de segurança pública.

¹³ Ou seja, esses coletivos de consumidores são constituídos por pessoas com características socioculturais muito semelhantes, que não procuram diversificar o coletivo.

As feiras de rua itinerantes entre massificação e distinção: o exemplo da aglomeração de Caen

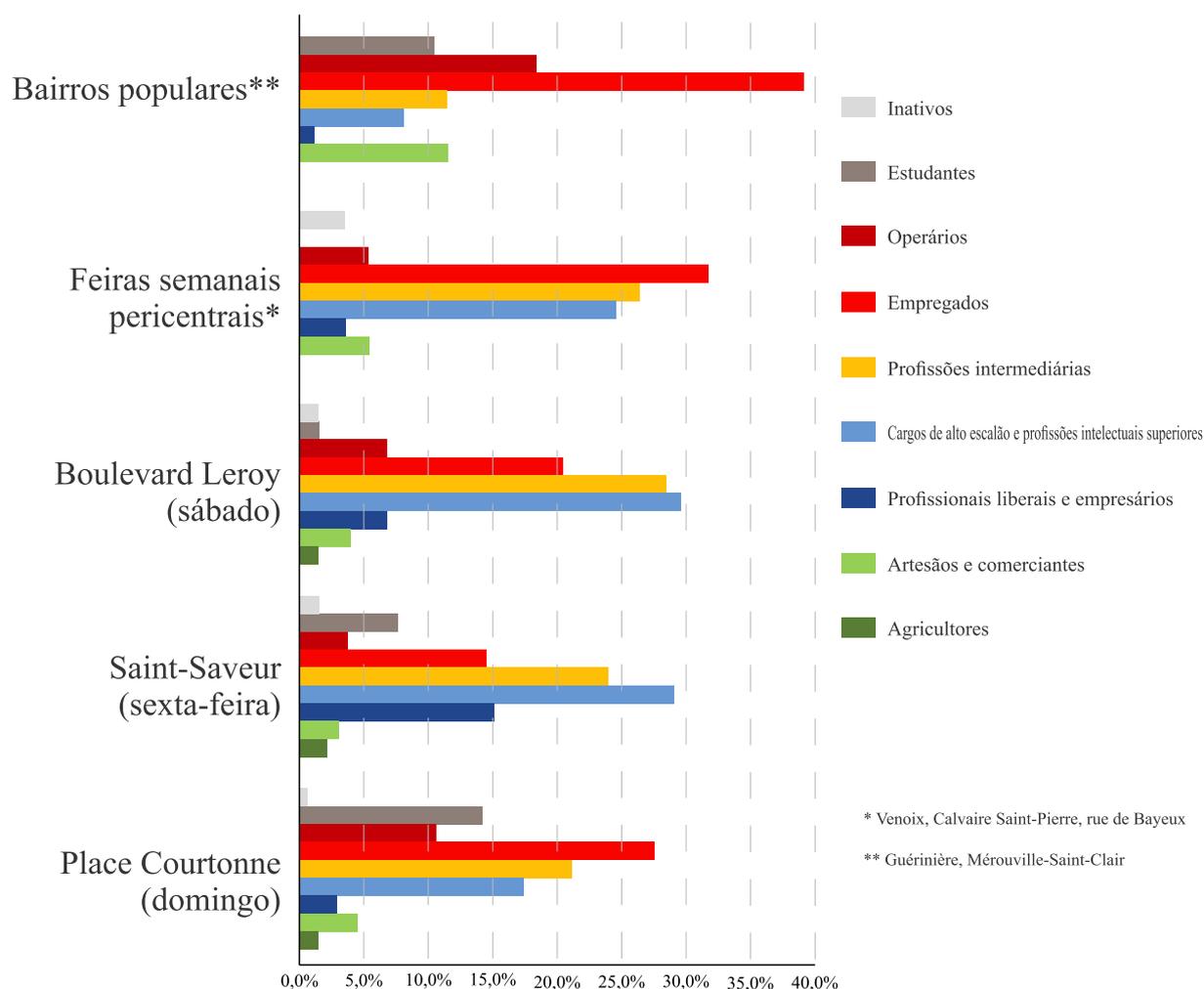
Apresentadas como um segmento dos circuitos curtos tradicionais e mais populares (Chiffolleau; Akermann; Canard, 2017), que favorecem os circuitos curtos e os produtores locais, as feiras de rua itinerantes estão hoje integradas ao *marketing* territorial das coletividades locais (Arnal, 2012). Em Caen, essas feiras são bastante dinâmicas e testemunham o mesmo entusiasmo encontrado em outras grandes aglomerações francesas (Navarro, 2012). São de grandeza variável (5 a 400 feirantes) e acontecem de terça-feira a domingo; além de produtos alimentares (frutas e legumes, peixes e crustáceos, carnes, queijos, manteigas, ovos, pratos preparados, etc), é possível encontrar também roupas e produtos manufaturados.

Os resultados de uma pesquisa por questionário junto a 634 domicílios na aglomeração de Caen revelam, primeiramente, que as características da população que frequenta essas feiras são bastante diferentes daquelas da população residente (Guillemin; Graby; Marie, 2020): as pessoas de referência dos domicílios que frequentam as feiras apresentam níveis de formação superior àqueles do conjunto da população de mais de 15 anos da aglomeração (forte sub-representação de “sem diploma”, “formação técnica/tecnólogos (CAP-BEP)” e “ensino médio completo ou equivalente” na média e forte sobre-representação de graduados e pós graduados). O abastecimento nos mercados aparece então como uma prática socialmente diferenciada. A observação atenta da composição das populações pesquisadas segundo os tipos de feiras oferece, no entanto, uma ilustração contrastada dessa diferenciação social. Parece que “as pessoas que estão bem [que] comem bem (Johnston; Rodney; Sbazzo, 2012) frequentam mais os mercados seletivos de certos bairros centrais ou até pericentrais, enquanto as classes populares encontram-se mais entre elas nas feiras de bairros periféricos de grandes conjuntos habitacionais (Guillemin; Graby; Marie, 2020).

Com efeito, as feiras do centro da cidade e de final de semana (Saint-Sauveur e Boulevard Leroy) são mais frequentadas pelas populações mais favorecidas: aproximadamente 30% de altos cargos e entre 25% e 30% de profissões intermediárias (em Saint-Sauveur as profissões liberais representam perto de 15%). A oferta alimentar ali é muito adaptada aos gostos e ao poder de compra dessas categorias (grande oferta de produtos do mar, produtos locais certificados da agricultura orgânica, etc.), como confirmam os horticultores entrevistados:

Nas sextas-feiras [Saint-Sauveur] você tem produtos como a endívia, ervilhas “mange tout” e ervilhas em vagem para descascar, essas pessoas aí, elas compram, ou o moranguinho, eles compram muito [...], o moranguinho é caro, a endívia é cara (Agricultor 1); É mais uma clientela, pode-se dizer, burguesa aposentada (Agricultor 2); Ou seja, você ganha no preço e capta somente as burguesas e burgueses [...]. Eu não tenho vontade de vender somente para dentistas e médicos (Agricultor 6).

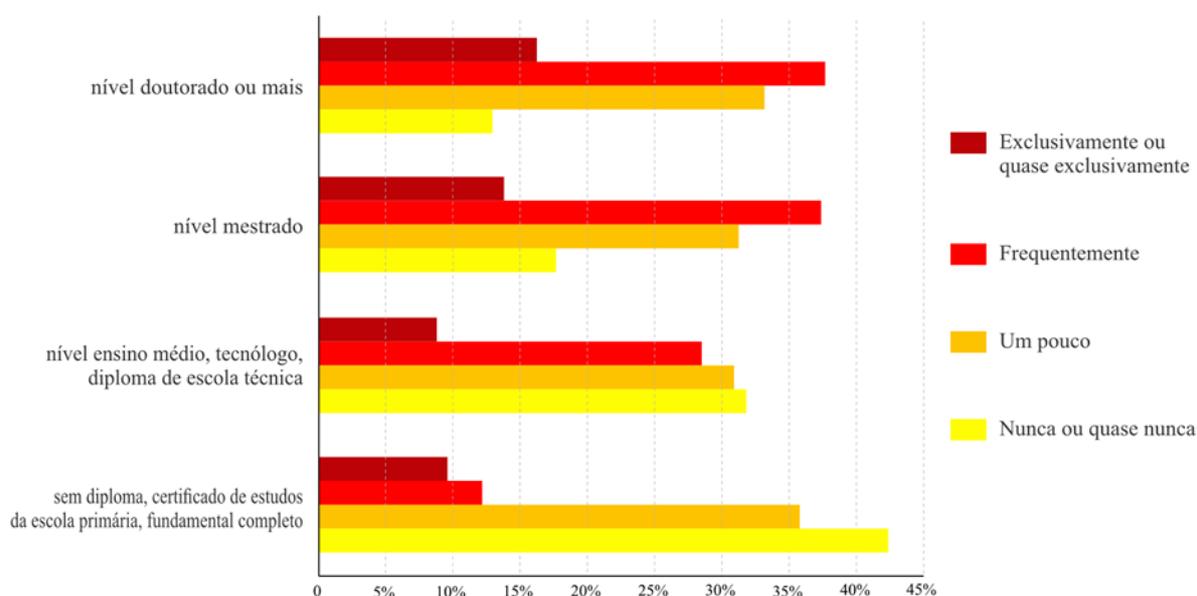
Gráfico 2 – Diferenciação socioprofissional da frequência das feiras da aglomeração de Caen em 2019



Fonte: Pesquisa por questionário realizada pelos estudantes de L3 de *Géographie de l'Université de Caen Normandie* junto a 634 domicílios em fev./mar. 2019, em Caen e Héroville-Saint-Clair.
 Realização: Maxime, M.; UMR ESO; *Université de Caen Normandie*.

É uma realidade, de fato, bastante conhecida e bem documentada, o consumo de produtos provindos da agricultura orgânica concerne mais as categorias socioprofissionais superiores (Laisney, 2013; Agence BIO, 2020). É o que indicam os horticultores orgânicos citados (Agricultores 2 e 6) sobre a clientela da feira de Saint-Saveur. A pesquisa junto a 839 domicílios sobre as feiras do Calvados, em 2019, confirma essa situação, com base na frequência desse tipo de compras e do nível de diploma, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Consumo de produtos orgânicos nos domicílios que frequentam as feiras da área urbana de Caen em 2019*



Fonte: Pesquisa por questionário realizada pelos estudantes de L3 de *Géographie de l'Université de Caen Normandie* junto a 836 domicílios em fev./mar. 2019, em Caen, Falaise, Bayeux, Courseulles/mer, Ouistréham, Villers-bocage, Saint-Pierre-sur-Dives.

Realização: Maxime M.; UMR ESO; *Université de Caen Normandie*.

Constata-se com efeito que a parte dos domicílios que consomem exclusivamente, ou quase, produtos provindos da agricultura orgânica é de 16,3% para a categoria dos mais diplomados (nível superior ou igual ao doutorado) enquanto é inferior a 10% para as categorias cujos diplomas são inferiores ou iguais ao ensino médio. Ao contrário, observa-se que 42,3% dos menos diplomados (sem diploma, certificados de estudos da escola primária ou certificados de ensino fundamental completo) declaram “nunca ou quase nunca” consumir produtos orgânicos, enquanto somente 12,9% dos mais diplomados declaram não consumir esse tipo de produto. Embora vários estudos tendam a mostrar que os produtos orgânicos entraram cada vez mais nos modos de consumo da população francesa (Agence BIO, 2020), esses elementos relembram que determinantes sociais e culturais são ainda extremamente poderosos, quando se analisa as frequências e os volumes de consumo desses produtos.

CONCLUSÃO

Dentro de um contexto marcado pela renovação da questão alimentar (impacto dos modelos agroindustriais de produção e de consumo sobre a saúde e o meio ambiente, papel da economia agroalimentar na estruturação dos territórios, custo energético dos transportes de mercadorias, etc), o abastecimento alimentar das cidades e mais amplamente a soberania alimentar tornam-se mais uma vez questões de conhecimento tanto científico quanto político. O desenvolvimento de programas alimentares territoriais, os objetivos em matéria de abastecimento local dos restaurantes públicos

coletivos (escolas, hospitais, etc), os incentivos para as coletividades locais limitarem o uso de terras agrícolas para outras finalidades (urbanização, infraestrutura de transporte, etc) e encorajar a instalação de produtores agrícolas em circuitos curtos próximo das cidades demonstram uma coordenação dos atores agroalimentares “alternativos” que busca inscrever as transições agrícolas e alimentares na agenda das políticas territoriais de forma a propiciarem efeitos complementares (Hirzack *et al.*, 2008).

Este artigo teve o propósito de abrir a discussão sobre os primeiros avanços metodológicos para a modelagem em escala de uma área urbana, bem como a reflexão da atualização dos hábitos alimentares em um momento de transições agrícolas. Ele questiona também o lugar da morfologia social do território na composição das cestas de bens e serviços territoriais a partir das características dos consumidores que constituem a base social do modelo agroalimentar em circuitos curtos de proximidade, orgânico ou não. Esses elementos sublinham os desafios ligados à democratização do acesso a produtos locais de qualidade comercializados em circuitos curtos, a fim de ampliar o grupo de consumidores entre categorias sociais menos favorecidas. Para alcançar esse propósito, existem muitos desafios, incluindo o preço dos produtos, especialmente quando adotam os princípios da agricultura orgânica.

Do ponto de vista do consumo, o vínculo entre a alimentação orgânica e as categorias socioprofissionais superiores torna-se evidentes. Tal como a comercialização por meio de circuitos curtos ou vendas diretas, a certificação da agricultura orgânica faz parte de uma lógica de transição agrícola. Por fim, outros estudos realizados no âmbito do projeto FRUGAL (Bermond; Guillemin; Maréchal, 2019) confirmam essa determinação sociocultural do consumo de orgânicos e/ou em circuitos curtos. Isso foi demonstrado com a ampliação da tipologia para a escala de 516.512 unidades agrícolas recenseadas na França, em 2010. Baseada em três variáveis (agricultura orgânica/convencional; circuitos curtos/longos; partes do faturamento em circuitos curtos), ela oferece a caracterização de uma grande parte dos cultivos das unidades agrícolas em transição. A análise de suas geografias em escala cantonal na França metropolitana mostra que elas se encontram principalmente nos cantões onde os cargos e profissões intelectuais superiores são mais altas. Inversamente, “os espaços rurais menos dinâmicos e mais marcados pela herança do modelo produtivista continuam em sua grande maioria os mais resistentes à emergência das formas de transição” (Bermond; Guillemin; Maréchal, 2019, p. 11). E aqui também, como nas cidades, pode-se estabelecer um vínculo entre o desenvolvimento de circuitos curtos de proximidade e o pertencimento de consumidores ao perfil mais abastado (Paranthoën, 2013; Richard *et al.*, 2014) ou, ao menos, com maior capital cultural. Na mesma perspectiva que as observações de Hirzack *et al.* (2008, p. 68) sobre o tema dos “padrões de oferta/demanda”, este último ponto questiona então o modelo da Cesta de Bens e Serviços Territoriais no caso de circuitos agroalimentares curtos e de proximidade (orgânicos

ou não) nos espaços rurais mais populares e/ou marginalizados, onde há pouca ou nenhuma frequência turística para sustentar a demanda local.

REFERÊNCIAS

AGENCE BIO. *Edition 2020 du baromètre de consommation et de perception des produits biologiques en France*. Agence BIO et Spirit Insight, 2020, 124 p.

ARNAL, C. L'agriculture, élément de la qualité de vie des villes moyennes. *Revue d'Économie Régionale & Urbaine*, n. 2, p. 245-264, 2012.

BAYSSE-LAINE, A. Le foncier, un outil de discrimination positive pour la relocalisation alimentaire?. *Sesame: Science et Société Alimentation Mondes Agricoles et Environnement*, Lyon, 2019. Disponível em : <https://revue-sesame-inrae.fr/le-foncier-un-outil-de-discrimination-positive-pour-la-relocalisation-alimentaire/>.

BERMOND, P, M.; GUILLEMIN, G. M.; MARÉCHAL, G. Quelle géographie des transitions agricoles en France ? Une approche exploratoire à partir de l'agriculture biologique et des circuits courts dans le recensement agricole 2010. *Cahiers Agricultures*, v. 28, p. 1-13, 2019.

BOURDIEU, P. *Contre-feux: propos pour servir à la résistance contre l'invasion néo-libérale*. Paris: Raisons d'agir, 1998.

BRAND, C. *Alimentation et métropolisation: repenser le territoire à l'aune d'une problématique vitale oubliée*. Grenoble, 2015, 659f. Thèse (Doctorat en Géographie) - École Doctorale 454 Science de l'Homme, du Politique et du Territoire, Université Grenoble Alpes, 2015.

BÜHLER, E. A.; MARIE, M. *Agrobusiness et anthropocène*. In: Groupe Cynorhodon (Coord.), *Dictionnaire critique de l'anthropocène*. CNRS Editions, 2020, p. 41-46.

CHIFFOLEAU, Y.; AKERMANN, G.; CANARD, A. Les circuits courts alimentaires, un levier pour une consommation plus durable? Le cas d'un marché de plein vent. *Terrains & Travaux*, 2017, n. 31, p. 157-177.

CORSI, S.; MAZZOCHI, C.; Sali, G.; MONACO, F.; WASCHER, D. L'analyse des systèmes alimentaires locaux des grandes métropoles. Proposition méthodologique à partir des cas de Milan et de Paris. *Cahiers Agricultures*, v. 24 . n. 1, p. 28-36, 2015. DOI : <http://dx.doi.org/10.1684/agr.2015.0735>.

DE SAINT POL, T. La consommation alimentaire des hommes et des femmes vivant seuls. *INSEE*, Première, n° 1194 2008. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00282710>

FRIANT-PERROT, M. The Regulation of Marketing Practices for Tobacco, Alcoholic Beverages and Foods High in Fat, Sugar and Salt- A highly Fragmented Landscape. In: ALEMANNI, A., GARDE, A. (Eds.). *Regulating Lifestyle Risks in Europe: Tobacco, Alcohol and Unhealthy Diets*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

GOTTLIEB, R., JOSHI, A. *Food justice*. Cambridge M: MIT Press, 2010, 304 p.

GUENNOU, D. *Étude systémique des flux d'approvisionnement alimentaire urbains par la recherche-action: le cas de Frugal*. Mémoire de Master, Université de Rennes 1, 2016, 89 p.

GUIOMAR, X. Les politiques et les lois visant à développer l'agriculture (péri)urbaine française. *Cahiers Demeter*, p. 157-180, 2013. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01198081>.

GUILLEMIN, P. *Les mondes légumiers et maraîchers en Normandie: hétérogénéité sociale et renouvellement de filières agricoles et alimentaires*. Normandie, 2020, 633f. Thèse (Doctorat en Géographie) - Université de Caen Normandie, 2020.

- GUILLEMIN, P.; GRABY, A.; MARIE, M. Marchés de plein vent et divisions sociales à Caen: “j’ai pas envie de vendre qu’à des dentistes”. In: CARO, P., FOURNIER, J. M. *Atlas social de Caen*, 2020. Disponible em : <https://atlas-social-de-caen.fr/index.php?id=326>.
- HIRCZAK, M.; MOALLA, M.; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B.; RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D. Le modèle du panier de biens. *Économie rurale*, n. 308, p. 55-70, 2008.
- JOHNSTON, J.; RODNEY, A.; SBAZO, M. Les gens bien mangent bien: comprendre le répertoire culturel de l’alimentation éthique. *IdeAs*, n. 3, p. 1-30, 2012.
- KRAUSZ, N.; LACOURT, I.; MARIANI, M. *La ville qui mange*. Éditions Charles Léopold Mayer, 2013, 286 p.
- LAISNEY, C. *Disparités sociales et alimentation. Analyse*, Centre d’études et de prospective du Ministère de l’agriculture de l’agroalimentaire et de la forêt, n. 64, 2013, 23 p.
- MARSDEN, T. K.; SONNINO, R. Human Health and Wellbeing and the Sustainability of Urban-regional Food System. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 4, n. 4, p. 427-430, 2012. DOI : <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2012.09.004>.
- MARIE, M.; GUILLEMIN, P.; BERMOND, M.; GUENNOG, D. Évaluation de la consommation alimentaire dans onze aires urbaines françaises. In: DI LAURO, A., STRAMBI, G. (Dir.), *Le funzioni sociali dell’agricoltura*, NutriDialogo, ETS, Pisa, 2020. p. 219-235. Disponible em :
- MARIE, M.; GUILLEMIN, P.; DARROT, C.; PECQUEUR, B. De la différenciation sociale des pratiques alimentaires à la structuration des circuits-courts de proximité. In: 54^{ème} COLLOQUE DE L’ASRDLF, *Les défis de développement pour les villes et les régions dans une Europe en mutation*, Athènes, 5 juillet 2017, 17 p.
- MARTY, P. *Les appropriations urbaines de la question agricole. Le cas de Brive, de 1945 à 2012*. Paris, 2013, 629f. Thèse (Doctorat en Géographie) - Centre de Recherche sur les Réseaux, l’Industrie et l’Aménagement, Université Panthéon-Sorbonne - Paris I, 2013.
- MISCHI, J.; RENAHY, N.; DIALLO, A. Les classes populaires en milieu rural. In: RENAHY, N.; BLANCARD, S. DÉTANG-DESSENDRE, C. (Coord.). *Campagnes contemporaine. Enjeux économiques et sociaux des espaces ruraux français*. Paris: Ed. Quae, 2016. p. 23-33.
- MOLLARD, A.; PECQUEUR, B. De l’hypothèse au modèle du panier de biens et de services. Histoire succincte d’une recherche. *Economie Rurale*, n. 300, p. 110-114, 2007.
- MOLLARD, A.; PECQUEUR, B. Le modèle du panier de biens et de services: utopie ou réalité?. In: *Comprendre l’économie des territoires*, CERTU - Ministère de l’Écologie, du Développement et de l’Aménagement durables, n. 126, p. 166-176, 2012.
- MORGAN, K. Feeding the City: The Challenge of Urban Food Planning. *International Planning Studies*, n. 14, p. 341-348, 2009.
- MUNDLER, P. Le prix des paniers est-il un frein à l’ouverture sociale des AMAP? Une analyse des prix dans sept AMAP de la Région Rhône-Alpes. *Économie rurale*, n. 336, p. 3-19, 2013.
- NAVARRO, A. Actualité des marchés de plein vent. *POUR*, n. 215-216, p. 241-246, 2012.
- PARANTHOËN, J. B. Processus de distinction d’une petite bourgeoisie rurale. Le cas d’une “Association pour le Maintien d’une Agriculture Paysanne”. *Agone*, n. 51, p. 117-130, 2013.
- PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial : l’hypothèse des paniers de biens et de services territorialisés. *Economie Rurale*, n. 261, p. 37-49, 2001.
- RÉGNIER, F.; LHUISSIER, A.; GOJARD, S. *Sociologie de l’alimentation*. Paris: La Découverte, 2009, 128 p.

RICHARD, F.; CHEVALLIER, M.; DELLIER, J.; LAGARDE, V. Circuits courts agroalimentaires de proximité en Limousin: performance économique et processus de gentrification rurale. *Norois*, n. 230, p. 21-39, 2014.

RIPOLL, F. L'économie "solidaire" et "relocalisée" comme construction d'un capital de proximité. Le cas des Associations pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne (AMAP). *Regards sociologiques*, n. 40, p. 59-77, 2010.

RIVIÈRE, J. La division sociale des espaces périurbains français et ses effets électoraux. In: PUMAIN, D.; MATTEI, M. F. (Dir.). *Données Urbaines*, Anthropos, 2011, p. 11-20.